

Políticos dizem que o anteprojeto não é inovador

por Ediana A. Balleroni
de São Paulo

As primeiras opiniões sobre o resultado final da Comissão Afonso Arinos, encarregada de elaborar uma proposta de nova Constituição, convergem em um ponto: o projeto é válido enquanto uma referência para a discussão, mas não vincula de nenhum modo os constituintes nem é inovador. As afirmações são de alguns candidatos ao Senado e à Câmara Federal.

Jacó Bittar, candidato a senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), destacou a maneira como foi elaborado o projeto. Para ele, por melhor que possa ser o resultado final, preocupa o fato de ter sido feito distante da população, dos movimentos sociais que trazem em seu bojo as necessidades da população. "Sem desmerecer a capacidade de seus elaboradores, não se pode deixar de dizer que é um projeto elitista", disse Bittar.

LIBERDADE SINDICAL

Comentando especificamente o título V ("Da Ordem Social"), o candidato petista disse que a proposta constitui um avanço, pois consagra o princípio da liberdade e autonomia sindicais e acaba com a contribuição sindical. O que mais preocupou o deputado foi a formulação genérica do artigo que cuida do salário do trabalhador, pois, na sua opinião, pode ser interpretado de modo a eliminar a exigência de um salário mínimo. Quanto ao reconhecimento do direito de greve, Bittar disse que a proposta deixa a desejar, pois cria uma situação dúbia ao excluir as atividades essenciais sem caracterizá-las. Para ele, deveria ficar claro — e não apenas insinuado — que o direito de greve é irrestrito e que as questões que envolvem o exercício da greve, como os piquetes, serão resolvidos pela Justiça comum. Jacó Bittar frisou que o mais importante é todos terem em mente que esse projeto será submetido

do a uma Constituinte ilegítima, não livre e não soberana. "Uma Constituinte subordinada a um poder constituído — o Legislativo — o que é absurdo; uma Constituinte distante dos trabalhadores e do povo em geral", afirmou Bittar.

Tito Costa, candidato a deputado federal pelo PMDB, disse que o projeto é muito extenso, "diz o óbvio", e mencionou o artigo dispondo que todo trabalhador tem direito a constituir família. O candidato também criticou a criação de um novo tribunal, cuja finalidade seria apreciar apenas as questões que envolvessem o cumprimento da Constituição. Segundo disse, a reestruturação do Supremo Tribunal Federal (STF) bastaria para resolver os problemas desse órgão judiciário.

Fábio Feldmann, candidato a deputado federal pelo PMDB e presidente de um grupo de defesa da ecologia (Oikos), afirmou que o projeto serve como ponto de partida. Quanto ao Poder Judiciário e à ordem econômica, Feldmann diz que não há avanços concretos nem retrocesso: "É apenas razoável", afirmou. Conforme disse, quanto ao meio ambiente a proposta ficou muito abaixo do esperado, pois consagrou normas sem conteúdo prático, que definissem instrumentos e capacitassem a população para a defesa da ecologia.

Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial do Estado de São Paulo e candidato a deputado federal pelo PFL, disse à repórter Ana Cristina Magalhães que o anteprojeto da Comissão Arinos "consagra o intervencionismo do Estado". Para ele, o anteprojeto deveria seguir na direção oposta, e da quebra da estrutura central, através do fortalecimento dos municípios. Isso se pode concretizar a partir da implantação de uma reforma tributária que conceda maiores recursos aos estados e aos municípios, afirmou.